

## PROVIMENTO Nº 363/2019

Altera e revoga dispositivos do [Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça nº 355](#), de 18 de abril de 2018, que “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais”.

**O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 32 do [Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais](#), aprovado pela [Resolução do Tribunal Pleno nº 3](#), de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO que o [Provimento nº 355](#), de 18 de abril de 2018, “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais”;

CONSIDERANDO as decisões do Comitê de Assessoramento e Deliberação da Corregedoria, exaradas nas reuniões realizadas em 8 de fevereiro de 2019 e 1º de março de 2019;

CONSIDERANDO o que ficou consignado nos processos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0059091-91.2017.8.13.0000, nº 0099350-94.2018.8.13.0000 e 0119087-83.2018.8.13.0000,

PROVÊ:

Art. 1º O *caput* do art. 68, os arts. 69 e 128, o inciso VII do § 1º do art. 151, os arts. 177 e 277, o *caput* do art. 284 e a alínea “b” do inciso I do *caput* do art. 323 do [Provimento nº 355](#), de 18 de abril de 2018, ficam alterados, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 68. Para os processos que tramitam em meio físico, as partes, seus advogados ou terceiros interessados serão atendidos no balcão da secretaria da unidade judiciária somente quando portarem informativo processual que noticie a tramitação do processo, datado do dia do atendimento.

[...]

Art. 69. Não serão prestadas informações ou esclarecimentos por telefone a pedidos de partes, advogados ou terceiros sobre processos.

[...]

Art. 128. O serviço de protocolo registrará, mecanicamente, de forma legível, o horário, o dia, o mês, o ano e o número de ordem do recebimento das petições intermediárias e dos documentos judiciais, mantendo controle sobre os seus encaminhamentos.

Parágrafo único. Os agravos de instrumento deverão ser protocolizados ou remetidos eletronicamente pelo sistema de processo eletrônico da Segunda Instância.

[...]

Art. 151. [...]

§ 1º [...]

[...]

VII - observar as regras para cadastramento dos assuntos, notadamente o art. 179 deste Provimento.

[...]

Art. 177. O Auto de Prisão em Flagrante será distribuído por sorteio, exceto nos casos de prevenção, devendo o registro do procedimento ficar ativo no sistema informatizado até o recebimento do inquérito policial.

[...]

Art. 277. Caberá ao servidor responsável pela juntada do mandado ao processo, a leitura da certidão e dos atos lavrados pelo oficial de justiça e pelo comissário da infância e da juventude, a fim de evitar erros e prejuízos.

§ 1º Na leitura referida no *caput* deste artigo, o servidor deverá observar se houve alterações na qualificação da parte e, nos casos de autos de penhora ou arresto, atentar quanto à natureza do bem constrito, para efeito do disposto no art. 852 da [Lei nº 13.105](#), de 16 de março de 2015, [Código de Processo Civil](#) - [CPC](#), circunstância em que dará ciência imediata ao juiz de direito.

§ 2º Em caso de necessidade de alteração ou de complementação na qualificação da parte, a secretaria da unidade judiciária diligenciará para que os dados pessoais colhidos sejam inseridos ou corrigidos nos sistemas informatizados.

[...]

Art. 284. O alvará de soltura fará referência a uma única pessoa e conterá, no mínimo, as seguintes informações:

[...]

Art. 323. [...]

I - [...]

[...]

b) carga ao setor de reprografia da OAB, onde houver o ato normativo de que trata o art. 328 deste Provimento;”.

Art. 2º Ficam revogados o art. 57, o inciso IV do art. 158, o § 1º do art. 173, o inciso VII do art. 179 e o art. 250 do [Provimento nº 355](#), de 2018.

Art. 3º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 11 de março de 2019.

**Desembargador JOSÉ GERALDO SALDANHA DA FONSECA**  
**Corregedor-Geral de Justiça**